

Capítulo 5 – Venturas e desventuras da televisão pública

José Rebelo

5.1 – Televisão pública e Estado-nação

No advento da televisão em França, o jurista e universitário Fernand Terrou indicava sete motivos que justificariam a forte intervenção do Estado na definição e na execução de um serviço público:

- i) impedir que a gestão das frequências hertzianas, entendidas como um bem raro, se submetesse à lógica comercial;
- ii) superar, através de investimentos públicos, os elevados custos de instalação e de exploração das estações;
- iii) acautelar o extraordinário “poder social” da televisão, isto é, a sua importância na formação da opinião pública;
- iv) aplicar à televisão o regime de monopólio estabelecido para as transmissões postais e telegráficas;
- v) garantir o princípio da “universalidade”, evitando que a televisão fosse apenas visível em regiões comercialmente relevantes;
- vi) assegurar o seu direito a dispor de um meio de comunicação susceptível de informar todos os cidadãos, nomeadamente no que respeita às grandes orientações estratégicas de defesa nacional, relações externas, educação, etc.;
- vii) precaver as dificuldades, levantadas por interesses privados, que ameaçam a plena satisfação de direitos públicos (a televisão pública estaria mais habilitada a transmitir manifestações desportivas, a assegurar a protecção da criança ou a defender a pluralidade de emissões culturais, por exemplo).

Não admira, pois, que os conceitos de “serviço público de televisão” e de “televisão do Estado” se confundissem. Em 1959, era criada a Rádio Télévision Française (RTF), sob a dependência directa do ministro da Informação. Três anos depois, Alain Peyrefitte, chamado a exercer esta função governamental, instituía o Service de Liaison

Interministériel pour l'Information: diariamente, reunia no seu gabinete as chefias de redacção da RTF, por ele próprio nomeadas, e os responsáveis pelos serviços de informação dos diferentes ministérios. O objectivo consistia, naturalmente, em determinar a agenda política do dia. Erigia-se, deste modo, um contrapoder relativamente à imprensa escrita, considerada pelo general de Gaulle, então chefe do Estado, como sendo globalmente hostil. Em 1964, a RTF dava lugar ao Office de Radiodiffusion-Télévision Française (ORTF). Esbatia-se a influência do Governo na produção radiofónica e televisiva. Reconhecia-se a necessidade de haver autonomia na “satisfação das necessidades de informação, cultura, educação e distração do público”, o que não impede o chefe de Estado seguinte, George Pompidou, de proclamar em 1970: “Quer se queira quer não, a ORTF será sempre a voz da França”.

O princípio do monopólio do Estado em matéria de produção televisiva surge, pois, natural e incontestavelmente, em particular no continente europeu. Entendeu-se, então, que só um sistema público seria capaz de fazer serviço público.

Financiado quase sempre pela taxa, o modelo prosperou, de início, sem dificuldades de maior. A popularidade do novo *medium* era grande. Por outro lado, estava-se num período de relativa expansão económica, e a compra de aparelhos de televisão crescia exponencialmente.

Todavia, a partir de dada altura, a curva de crescimento entrou em estagnação. As aquisições de receptores passaram a corresponder, sobretudo, a eventuais renovações de material e não à entrada de novos consumidores no mercado. Em contrapartida, as produções tornaram-se cada vez mais onerosas e os tempos de emissão cada vez mais longos, o que resultou na acentuação do desfasamento existente entre custos e receitas. Solução: o sistema público de televisão viu-se constrangido a recorrer à publicidade.

Solução perversa, pois o apelo à publicidade equivalia, particularmente na Europa – onde a oposição público/privado é mais sentida –, à renúncia da concepção original de serviço público. Como aceitar, de facto, que um sistema público, responsável pela produção de um serviço público, fosse financiado e, por conseguinte, preservado pela publicidade, símbolo do privado triunfante?

As condições de implosão estavam reunidas. Por toda a Europa, quase sem excepção, assistiu-se à multiplicação de estações privadas de televisão e à emergência de um sistema concorrencial público/privado. O exemplo, vindo dos Estados Unidos, estendera-se à Grã-Bretanha e à Bélgica, países onde a televisão privada começou a funcionar em meados dos anos 50. Verificou-se o mesmo, duas décadas mais tarde, em Itália. Os anos 80 marcam o aparecimento de canais privados de televisão em França, na Alemanha, na Holanda, na Grécia e em Espanha. Depois foi Portugal... Assistiu-se, assim, à instituição de uma espécie de Yalta do audiovisual, que, se nuns casos traduzia a impotência dos estados para responderem adequadamente à onda avassaladora da iniciativa privada, noutras situações exprimia estratégias de seguidismo ou até mesmo de antecipação do Estado relativamente àquilo que ele próprio passava a incluir no domínio do inexorável.

Esboroava-se, rapidamente, aquela espécie de tribuna a partir da qual forças políticas dominantes faziam ecoar, em exclusivo, a sua voz.

À fase do Estado como operador único seguiu-se uma segunda, na qual assumia simultaneamente as funções de operador e regulamentador. Um Estado que se assumia como operador directo, financiando uma televisão pública, mas que, ao mesmo tempo, delegava parte das suas responsabilidades no sector privado, concedendo-lhe a possibilidade de prestar serviço público, segundo modalidades que lhe caberia a ele adoptar e, em seguida, verificar.

Equilíbrio difícil, este. À medida que a iniciativa privada ganhava raízes, aumentavam as pressões no sentido de se reduzirem ao mínimo (ou até se anularem) as funções operadora e reguladora do Estado, convertendo-o numa espécie de “guarda-nocturno” do sistema de televisão.

Mais do que uma alteração do estatuto da televisão, estas pressões revelavam uma transformação do conceito e das funções do Estado. De facto, a contestação do sistema público de televisão não fazia mais do que acompanhar o questionamento do próprio conceito de Estado-Nação.

5.2 – Televisão pública e globalização

O Estado-Nação assentava num triplo pressuposto:

- i) o pressuposto da responsabilidade colectiva, segundo o qual o indivíduo não é apenas cidadão e pessoa privada, mas sim cidadão e sujeito social (assalariado, desempregado, estudante, consumidor), e, como tal, é portador de direitos assegurados pela colectividade organizada em Estado;
- ii) o pressuposto de um Estado entendido não como uma simples manifestação de soberania, mas como a expressão da cooperação de serviços públicos, organizados e controlados pelos governantes;
- iii) o pressuposto do "terceiro simbolizante", acerca do qual fala Louis Quéré, que defende que toda a colectividade necessita de um espaço autónomo, exterior, onde possa construir a sua imagem. Estendendo o conceito "habermasiano" de espaço público – o lugar do discurso racional – à modernidade, diríamos então, com Quéré, que esse é o lugar de uma representação simbólica da sociedade que permite ao indivíduo pensar-se como parte integrante desta.

A separação dos domínios funcionais da política e da economia, característica do moderno *Estado de direito*, acarretava duas consequências. Por um lado, o Estado, detentor do monopólio do emprego legítimo da força, reservava para si as principais competências de regulação em matéria de administração pública; por outro, a força pública, dotada de funções específicas, dependia, enquanto *Estado fiscal*, dos recursos obtidos a partir das trocas económicas livremente operadas na esfera privada.

O poder do Estado, na sua dupla vertente *fiscal* e *de direito*, inscrevia-se, assim, na existência de um "povo político", resultado da integração cultural e da consequente mobilização política de "sujeitos", isto é, da integração de uma população inicialmente heteróclita, que, ultrapassando a ligação à aldeia, à família, à região ou à dinastia, desenvolveria uma nova forma de identidade colectiva.

A construção simbólica de um "povo" dotado de uma origem, de uma língua e de uma história comuns surgia, pois, como condição indispensável à génese do Estado-Nação.

Ora, a globalização, suportada ideologicamente por um discurso "ultraliberalizante" e "desterritorializante", veio, justamente, pôr em causa esse conceito: à ideia de

território contrapõe a de espaço-mundo enquanto lugar sem fronteiras, onde se desenvolveriam os mecanismos de produção e de consumo. Ou seja, teoricamente, tudo deveria poder ser produzido e consumido em qualquer parte do mundo.

À ideia de “povo político”, dotado de uma unidade e de uma identidade próprias, opõe a de público disperso, uniformizado, estandardizado, “dessingularizado” pelos meios de comunicação de massas encarregados de inculcar as mesmas práticas culturais e sociais, os mesmos gostos, os mesmos projectos. Gradualmente, instituía-se uma “cultura global”, como assinala Ignacio Ramonet, que visava converter o capitalismo àquilo a que Alain Minc designa por “estado natural da sociedade”. “Os relógios da civilização ocidental sincronizam as cadências mais heterogêneas, submetidas, pela força, à regra da simultaneidade”, escreveria Habermas.

À moção de Estado social de direito, encarregado de resolver a contradição entre igualdade jurídica e desigualdade real – trabalhando, portanto, no sentido da protecção dos mais débeis –, a globalização respondeu com a ideia de equilíbrio, fruto da desregulamentação social (ou melhor: da auto-regulamentação) da sociedade civil, assim libertada de tutelas.

Para um mundo global, uma televisão global. No contexto da globalização, a TV privada vai conhecendo sucessivas fases de evolução. Numa primeira, constitui-se como núcleo central de grupos multimédia de dimensão essencialmente nacional. A procura do lucro relega, então, para segundo plano princípios como o da universalidade da difusão, privilegiando zonas urbanas com maiores índices de consumo, e ajuda a explicar a tendência existente para a optimização do binómio audiência/custo do programa, subalternizando critérios de qualidade.

Numa segunda fase, regista-se a associação entre grupos multimédia e grandes empresas de telecomunicações; isto é, a união de conteúdos mediáticos e novas tecnologias, que se vêem, assim, reciprocamente rentabilizados.

O processo evolutivo culmina com a completa internacionalização dos capitais investidos e com a total diluição dos grupos multimédia (cada vez mais alargados) numa complexa rede, transnacional e transectorial, de sociedades combinatórias. Ao lado, ou melhor, em relação de simbiose com esses grupos, surgem sociedades que prosseguem os mais variados interesses: do turismo à especulação imobiliária, da comercialização de produtos alimentares à especulação financeira.

Nesta malha aparentemente desmaterializada, sem hierarquia claramente definida nem espaço perfeitamente delimitado, cabe aos *media* uma dupla e simultânea função:

- i) assegurar a criação e a conseqüente homogeneização de necessidades e, logo, de consumos, de modo a que se permita o escoamento de novos produtos gerados por complexos “maquínicos” em laboração permanente;
- ii) instituir mecanismos apaziguadores de tensões, que se tornam, em especial no que respeita a populações marginalizadas, instrumentos geradores de conteúdos virtuais, como se fossem fábricas de sonhos.

Neste particular, destacam-se alguns nomes: Lagardère, Bouygues, Berlusconi, Bertelsman, Murdoch. Entre tantos outros.

Em *La Fabrication du Consentement, de la Propagande Médiatique en Démocratie*, Noam Chomsky e Edward Herman analisaram a composição dos conselhos de administração dos dez principais grupos de comunicação existentes nos Estados Unidos: Dow Jones, Washington Post, New York Times, Time, CBS, Times-Mirror, Capital Cities, General Electric, Gannett, Knight-Ridder. E concluíram: 41,1% dos administradores eram directores executivos de multinacionais; 8,4% banqueiros; 13,7% antigos industriais e capitalistas reformados; 8,4% juristas; 4,2% consultores de empresas privadas; 15,8% membros de associações “sem fins lucrativos”.

5.3 – Televisão pública e crise

No entanto, dá-se o reverso da medalha: com o desfazer do compromisso constitutivo do Estado-Nação, desencadearam-se crises sociais que este tinha sabido conter. Todos os indicadores assinalam um aumento da pobreza e da precariedade social. E quando diversos tipos de exclusão se acumulam – exclusão do mercado de trabalho, da formação profissional, das prestações sociais, da habitação ou da assistência familiar – surgem os indivíduos “descartáveis” (para recorrer a um conceito aprofundado por Michel Viewiorka), totalmente desinseridos e incapazes de mudar de situação pelos

seus próprios meios. Este pauperismo contínuo abala os fundamentos da nova ordem global e liberal.

Eis-nos perante a tão propalada crise, que é drama para uns e argumento para outros. “Não desaproveitem a crise actual”, aconselhava, recentemente, um Nobel da economia. Porque, independentemente dos seus efeitos imediatos, ela pode ser encarada como um momento da mutação qualitativa. Crise como fim e início. Como desconstrução e reconstrução. Na qual se destroem os “arquétipos” – referindo um conceito de Jung; se diluem os “resíduos”, para dizer como Pareto; se confundem os “caracteres essenciais” e se questionam todos os “conformismos lógicos” acerca dos quais nos fala Durkheim.

Crise como epílogo do ideal unitário traduzível na formatação, na homogeneização de atitudes, de comportamentos, de projectos individuais e colectivos. Como epílogo da aparentemente inquebrantável fé no progresso. Do progresso como expressão da verdade. Da verdade como expressão da ciência. Da ciência como produto da razão. Como epílogo da fé no progresso que dá sentido à história. Um sentido linear, dentro da tradição judaico-cristã.

Crise como epílogo e crise como ponto de partida.

Como ponto de partida para o despertar de heterogeneidades. Para a afirmação plena daquilo a que Max Weber chamou “politeísmo dos valores”: localismos diversos, especificidades linguísticas e culturais, reivindicações étnicas, sexuais, religiosas. Como ponto de partida para a busca de consensos nascidos da diversidade e legitimados por ela. Como ponto de partida para a substituição de um conceito abstracto de harmonia por um concreto, ou seja, como expressão de um equilíbrio entre conflitos.

Consoante o lugar a partir do qual falam, o estatuto de que dispõem e o objectivo que pretendem atingir, uns apostam na teoria dos ciclos históricos e outros no facto de o processo histórico ser irrepitível. Para os primeiros, a crise não é mais do que uma simples perturbação do sistema, que não tardará a recompor-se. Para os segundos, é expressão de viragem. Que não admite retorno. Nem recuo.

A dicotomia assim traçada poderá assumir aspectos redutores. Nem haverá recomposição total nem viragem absoluta. Uma coisa parece, no entanto, esboçar-se: o declínio de um modelo de organização social de massas, baseado no princípio do crescimento constante da produção e do consumo; logo, na diversificação e no

alargamento constante do mercado. Os meios de comunicação de massas, cuja gênese remonta a meados do século XIX, cumpriram, ao longo dos anos, a sua função de “lubrificadores” do sistema, na feliz expressão de Yves de la Haye. Mas, adverte Michel Maffesoli num pequeno livro intitulado *Apocalypse*, “há momentos em que, na sequência de uma aceleração, de uma intensificação da energia, o corpo social ou individual, físico ou místico atinge o seu apogeu que, por um curioso paradoxo, se inverte em hipogeu”. O dealbar do milénio poderá ter significado o apogeu e, logo, o hipogeu, do modelo de organização social de massas e dos correspondentes *media*.

Com as novas tecnologias de informação e comunicação acelera-se o fenómeno de pulverização tanto na esfera da produção de conteúdos informativos como na de distribuição ou na de consumo dos mesmos. Todos podem produzir informação, assim como a podem distribuir ou consumir. A isto acresce que os dispositivos clássicos de comunicação são contaminados pelos novos. São os jornais que reproduzem textos retirados de blogues. São as televisões que difundem fotos e filmes da autoria de amadores (que assim se vêem convertidos em “jornalistas de ocasião”) e que enfatizam imagens captadas na internet. Pulverização associada à instantaneidade, que, para Bernard Stiegler, significa “desrealização”. E, à medida que o ecrã de televisão se for confundindo cada vez mais com o do nosso telemóvel, mais se acentuará a tendência para o estilhaçar. Para a fragmentação dos conteúdos. Para a sua conversão em textos do tipo SMS, que cada um de nós combinará em função dos seus quadros de experiência.

Pulverização, desrealização, fragmentação. “Amanhã, mais ainda do que ontem, será preciso aprender a viver entre a verdade e a mentira”, previne Joel de Rosnay, antigo professor do MIT, alarmado com a previsível saturação da informação e com a impossibilidade de a cruzar.

Caberá talvez ao Estado, vilipendiado, ontem, pelo discurso ultraliberal e objecto, hoje, de uma progressiva reabilitação, essa tarefa de desenhar caminhos, de criar referências, de ensinar a “viver entre a verdade e a mentira”. Um serviço público de televisão, repensado em função dos novos contextos, recuperará, então, toda a sua razão de ser.

Um serviço que, libertando-se dos egoísmos nacionais e das vontades específicas dos habituais sujeitos do poder político, seja um pretexto para a inteligente ocupação de tempos livres. Seja um incentivo à inovação.

Um serviço público de televisão que, graças à tecnologia digital, poderá compreender canais generalistas e canais temáticos em número consideravelmente elevado. Canais nacionais mas, igualmente, regionais e locais. Um serviço que não será mais esse *continuum*, esse fluxo em sentido único, ao qual o público só pode reagir de três maneiras: ou aceita passivamente, ou faz *zapping*, ou desliga. Estará, pelo contrário, em permanente conexão com bibliotecas e bancos de informação. Pronto, portanto, a responder a todo o momento a qualquer solicitação do telespectador.

Um serviço que saiba distinguir entre público e audiência. A audiência é uma abstracção estatística: “sei onde moram, sei onde trabalham, sei que idade têm, mas não sei quem eles são”, concluía ironicamente Daniel Dayan, comparando os dois conceitos, no decurso de um congresso realizado em Lisboa. A audiência significa “quem olha” e não “quem vê”. Sem estar obcecada com as audiências e com a necessidade de responder ao audímetro, a televisão de serviço público tem, no entanto, de ser considerada indispensável por esse mesmo público. Como indispensáveis são as estradas, as escolas, os hospitais. Tem que saber mobilizar o público a que, em princípio, se destina.

5.4 – Nós por cá aguardamos

Também em Portugal se manifestou, obviamente, a mesma confusão entre “serviço público de televisão” e “televisão do Estado”. Após o início regular das suas emissões em 7 de Março de 1957, a RTP acomodou-se, sussurrante, no aconchego de um governo autoritário durante vinte e sete anos. A revolução democrática de 25 de Abril de 1974 e a agitação política que se lhe seguiu espelharam-se na constituição dos órgãos superiores da administração da empresa: nos últimos trinta e cinco anos, o Conselho de Administração da estação estatal teve vinte e cinco presidentes. Mudava o Governo e mudava o Conselho de Administração. Mudava o Conselho de

Administração e mudavam, em cascata, directores, chefes de serviço, etc. Facto inédito: o presidente do Conselho de Administração nomeado em 2002 cumpriu integralmente o seu mandato. Ver-se-á qual será a sorte do seu sucessor.

No início dos anos 90, o serviço público de televisão passou a concorrer com a iniciativa privada. À semelhança do que se verificava na maioria esmagadora dos países europeus, o Estado português arrogava-se uma dupla função: a de operador e a de regulamentador. A uma escala reduzida – a do nosso país, afinal – também em Portugal se desenvolveram estratégias de concentração que envolveram os dois canais privados existentes. Internacionalizou-se o capital, mais num caso do que no outro. Timidamente, os grupos multimédia, assim constituídos, aproximaram-se de outros sectores de actividade. Também por cá, no auge da prática e do discurso ultraliberal, se questionou a existência de um serviço público de televisão.

No decurso da última legislatura, foi notória a preocupação do poder político em reforçar a mediação entre televisão pública e público. Criou-se a figura do provedor e ampliaram-se os poderes do Conselho de Opinião, que, embora distante do seu congénere alemão, tem competência para ouvir os directores de programação e de informação da empresa, para dar um parecer sobre o plano de actividades, o orçamento e a execução do contrato de concessão, ou para se pronunciar, em termos vinculativos, sobre a personalidade escolhida para desempenhar as funções de provedor. Tanto nesta escolha como na constituição do Conselho de Opinião, o poder político optou, saudavelmente, por critérios não partidários. Entregou-se a provedoria a uma individualidade de reconhecida independência. O Conselho de Opinião integra representantes dos mais variados sectores da sociedade civil, assim como de todas as sensibilidades políticas que figuram no Parlamento.

O mesmo critério não foi seguido, todavia, no campo da regulação. A eleição dos quatro membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que, em 2005, substituiu a Alta Autoridade para a Comunicação Social, obedeceu a um acordo parlamentar que deixou de fora forças políticas de impacto indesmentível na estruturação do espaço público, como são os casos do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda. Por outro lado, a cooptação do quinto elemento que viria a presidir ao órgão careceu da transparência que o acto exigia. A

ERC nascia torta. E mais o ia ficando ao longo do seu percurso, pontuado por intermináveis polémicas.

Se, enquanto regulador, o Estado fraquejou, na sua qualidade de operador directo não conseguiu, ainda, destacar-se dos seus concorrentes privados. Recorre a programação semelhante, de gosto fácil. Confunde desporto com futebol, que ocupa longuíssimos tempos de antena sem que o respectivo retorno, em receitas de publicidade, esteja comprovado (em 2008, a transmissão de um jogo custou, em média, mais de 300.000 euros). Incorre, frequentemente, na acusação de partidarismo, tanto no alinhamento noticioso como na organização e na composição dos debates. Mantém no ar uma RTP África de conteúdo equívoco e de destinatário indefinido. E uma RTP Internacional nostálgica e perfeitamente desadequada relativamente aos padrões das segunda e terceira gerações de portugueses espalhadas por esse mundo fora.

Economicamente, e apesar de alguns resultados mais optimistas rápida e exultantemente divulgados pelos responsáveis, a empresa debate-se com um défice que se aproxima dos mil milhões de euros. É verdade que o esforço do Governo em matéria de investimento público resta titubeante. É verdade que ele continua por renegociar um acordo financeiro, de contornos ruinosos, celebrado em 2002 com um consórcio de bancos suíços – o chamado acordo Eurogreen. É verdade que há custos que se mantêm, como o da adesão ao serviço Euronews, sem resultados visíveis na programação: mais de dois milhões de euros por ano são gastos com um serviço que deixou de ser transmitido no primeiro canal da RTP, assim como na RTPN, e que, no segundo, foi relegado para altas horas da madrugada.

Decididamente, Portugal é um microcosmo. É um laboratório onde se reproduzem as grandes tendências observáveis no planeta. É a irrupção local de fenómenos globais.

Com efeito, finda a euforia ultraliberal, os olhares voltam-se de novo, em Portugal, para o Estado, que parece ressuscitar de uma agonia antes considerada irrecuperável. Como corolário, baixa de tom a controvérsia em torno da necessidade de um serviço público de televisão garantido por uma televisão pública.

A oportunidade existe. O Estado deverá aproveitá-la para assumir sem complexos o seu papel de instância dinamizadora de um serviço público de televisão. Que funcione, ao mesmo tempo, como alternativa crítica à televisão privada. Que previna os excessos e preencha as lacunas. Que gere consensos.

Um serviço público que, até 2012, se equipe convenientemente de modo a tirar proveito da tecnologia digital.

A oportunidade existe. Mas o tempo disponível para a sua concretização é curto.

Referências bibliográficas

Carvalho, Alberto Arons de (2009), *A RTP e o Serviço Público de Televisão*, Coimbra, Almedina.

Chomsky, Noam, e Edward Herman (2008), *La Fabrication du Consentement, de la Propagande Médiatique en Démocratie*, Marselha, Agone.

Goffman, Erving (1991), *Les Cadres de l'Expérience*, Paris, Éditions de Minuit.

Habermas, Jürgen (2000), *Après l'État-nation. Une Nouvelle Constellation Politique*, Paris, Fayard.

Haye, Yves de la (1984), *Dissonances-Critique de la Communication*, Paris, La Pensée Sauvage.

Maffesoli, Michel (2009), *Apocalypse*, Paris, CNRS Éditions.

Minc, Alain (1999), *O Triunfo da Mundialização*, Lisboa, Instituto Piaget.

Quéré, Louis (1982), *Des Miroirs Équivoques. Aux Origines de la Communication Moderne*, Paris, Aubier.

Ramonet, Ignacio (1998), *Geopolítica do Caos*, Petrópolis, Editora Vozes.

Rebelo, José (1993), "No primeiro aniversário da televisão privada em Portugal", *Análise Social*, XXVII (122), pp. 653-677.

Rebelo, José (2002), "Televisão pública / televisão do público", em Raquel Paiva (org.), *Ética, Cidadania e Imprensa*, Rio de Janeiro, Mauad Editora, pp. 49-62.

Rebelo, José (2002), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Notícias Editorial.

Rebelo, José (2003), *A Comunicação. Temas e Argumentos*, Coimbra, Minerva Coimbra.

Rebelo, José (2006), "Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento", *Trajectos*, 8-9, pp. 17-28.

Rebelo, José (2009), "O lugar do 'outro' e do 'diferente' nos media, *Janus 2009, Portugal no Mundo*, Lisboa, Universidade Autónoma, pp. 180-182 (edição em língua inglesa: "The 'different' and the 'other' in the media" pp. 94-96).

Rosnay, Joël (2006), *La Révolte du Pronetariat*, Paris, Fayard.

Salaün, Jean-Michel (1989), *A Qui Appartient la Télévision*, Paris, Aubier.

Stiegler, Bernard (2004), *De la Misère Symbolique. l'Époque Hyperindustrielle*, Paris, Galilée.